

## **O BRASIL NA MISSÃO DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI.** Juliana de Paula Bigatão, Héctor Luis Saint-Pierre – Ciência Política – Relações Internacionais – Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O envolvimento das Nações Unidas na mediação da crise política haitiana instaurada a partir da saída do Presidente Jean Bertrand Aristide, em 29 de Fevereiro de 2004, iniciou-se formalmente após do pedido de assistência internacional emitido pelo Presidente interino Boniface Alexandre, que inclusive autorizava a entrada de tropas internacionais para pacificar o país.

Prontamente, o Conselho de Segurança (CS), na qualidade de órgão das Nações Unidas responsável pela manutenção da paz e segurança internacional, autorizou a organização de uma Força Interina Multinacional que deveria primordialmente contribuir para o estabelecimento de um ambiente seguro e estável no Haiti.

Após três meses, a Força Interina Multinacional foi efetivada por meio da Resolução 1542 do CS, a qual autorizou, sob o respaldo do Capítulo VII da Carta da ONU, o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Nota-se que a referência ao Capítulo VII definia a crise haitiana como uma ameaça à paz e segurança e à estabilidade da região caribenha, especialmente no que diz respeito ao fluxo de pessoas para outros Estados da região (refugiados)

O mandato da MINUSTAH pode ser dividido em três partes principais: 1) *Garantia de um ambiente seguro e estável*; 2) *Apoio ao processo político e constitucional*; 3) *Observância da situação dos direitos humanos*.

Neste cenário, o governo brasileiro disponibilizou um contingente de 1.200 militares do Exército e da Marinha para compor a força de paz que atuaria no Haiti. Além disso, o comando da Força Militar da MINUSTAH ficou a cargo do Brasil, sendo exercido pelo general Augusto Heleno Ribeiro Pereira durante o período de maio de 2004 a agosto de 2005, quando foi substituído pelo general de Infantaria do Exército Urano Teixeira da Matta Bacelar. Após a morte deste, em 7 de janeiro de 2006, o general José Elito Carvalho Siqueira assumiu o comando das tropas.

A MINUSTAH foi autorizada sob a égide do Capítulo VII da Carta da ONU, entendido por muitos como *imposição da paz*. E, de acordo com o histórico brasileiro em missões de paz, priorizava-se participar de operações de *manutenção da paz*, respaldadas pelo Capítulo VI da Carta, que representa a solução pacífica de controvérsias.

A partir desta constatação, torna-se relevante a análise da participação do Brasil na MINUSTAH, enquadrando tal intervenção internacional no histórico da atuação brasileira em missões de paz, questionando também os motivos que levaram o Brasil a participar e liderar militarmente uma missão que não se mostra compatível com seu perfil de atuação.

O trabalho foi desenvolvido a partir da leitura e análise de textos e documentos relacionados ao tema, principalmente documentos oficiais produzidos pelas Nações Unidas e pelo Ministério da Defesa brasileiro; reportagens publicadas pela mídia nacional e internacional; e relatórios de avaliação crítica da MINUSTAH.

A análise das notas taquigráficas das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dos dias 11 e 12 de Maio de 2004, relativas ao debate sobre o envio de tropas ao Haiti, demonstram uma série de idas e vindas, decorrentes de posições divergentes dos congressistas. O Congresso Nacional, órgão competente para aprovar o envio de contingente militar ao exterior, autorizou a participação brasileira na MINUSTAH após votação simbólica, fruto de um acordo entre os líderes dos partidos políticos.

O consentimento do governo brasileiro em participar da missão obrigou as autoridades diplomáticas praticarem um “esforço retórico”, invocando o engajamento internacional no combate à fome, pobreza e fragilidade das instituições democráticas. Ou seja, fazendo uso dos argumentos que se relacionam com a solidariedade regional e com as questões humanitárias, as autoridades esquivaram-se

dos argumentos políticos, como a intenção do Brasil em obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, assunto bastante explorado pela imprensa brasileira.

O estudo do histórico da atuação brasileira em missões de manutenção da paz da ONU revela que a conduta do Brasil pautou-se, ao longo do tempo, nos princípios de aplicação do mínimo de força necessária para a solução de conflitos, imparcialidade, consentimento do(s) Estado(s) anfitrião, negociação e intermediação. Entretanto, a MINUSTAH, uma operação respaldada pelo Capítulo VII da Carta da ONU, legaliza o uso da força para a consecução do mandato da missão, pela própria necessidade de se pacificar um país em vias de uma guerra civil, assolado pela ação de grupos ilegais armados e gangues que promoviam campanhas de terror, desrespeitando os direitos primordiais dos cidadãos.

Portanto, podemos concluir que a decisão do governo brasileiro de enviar tropas militares à MINUSTAH representou uma inflexão no histórico do comportamento do país em missões de paz. Ao aceitar integrar esta intervenção internacional no Haiti, pelo menos um princípio constante da atuação brasileira nas operações de paz foi infringido (a aplicação do mínimo de força necessária), pelo simples fato do mandato da MINUSTAH ser delineado nos termos de uma missão de *imposição da paz*.

## **Referências Bibliográficas**

### **Fontes Documentais**

Background Documents of the United Nations Stabilization Mission in Haiti. Disponíveis em <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/html>>. Acessado em 21 de Agosto de 2006.

Congresso Nacional. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Notas taquigráficas: 11/ 05/ 04; 12/05/04. Disponíveis em <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/notas>> Acessado em 25 de Agosto de 2005.

Documentos e informativos publicados pelo Exército Brasileiro. Disponíveis em <<http://www.exercito.gov.br/04Maoami/missaopaz/minustah/indice.htm>> Acessado em 18 de Julho de 2006.

Organização das Nações Unidas, *United Nations Peacekeeping*. NY, DPI/ 2225-01.

S/ RES/1529 (2004), Conselho de Segurança, Nações Unidas, 29 de Fevereiro de 2004.

S/ RES/1542 (2004), Conselho de Segurança, Nações Unidas, 30 de Abril de 2004.

S/ RES/1576 (2004), Conselho de Segurança, Nações Unidas, 29 de Novembro de 2004.

S/ RES/1601 (2005), Conselho de Segurança, Nações Unidas, 31 de Maio de 2005.

S/ RES/1608 (2005), Conselho de Segurança, Nações Unidas, 22 de Junho de 2005.

UNITED NATIONS BIBLIOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM. UNBISNET/DHL. Disponível em <<http://ubisnet.un.org:8080/>> Acesso em 10 de Março de 2006.

### **Fontes Bibliográficas**

#### **Livros**

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. *Em nome da democracia*. A OEA e a crise Haitiana – 1991-1994. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

FONSECA JR, Gelson. *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU, 1998-1999*. Brasília: FUNAG, 2002.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse de. O Brasil nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 1999.

MANIGAT, Leslie. *Haiti: da hegemonia francesa ao imperialismo americano*. In: FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 243-253.

PROENÇA Jr, Domício; DINIZ, Eugênio & RAZA, Salvador Ghelfi. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais: dois séculos de história*. Vol II. Brasília: FUNAG, 2001.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

### **Periódicos**

DINIZ, Eugenio. *O Brasil e a MINUSTAH*. Security and Defense Studies Review. Interdisciplinary Journal of the Center of Hemispheric Defense Studies; Washington, D.C., USA. ISSN: 1533-2535; Volume 5; No. 1; Spring 2005. Disponível em: <[http://www.ndu.edu/chds/journal/papers\\_bios/Diniz-Abstract.htm](http://www.ndu.edu/chds/journal/papers_bios/Diniz-Abstract.htm)>. Acessado em 25 de Setembro de 2005.

Harvard Law Student Advocates for Human Rights, Cambridge, Massachusetts; Centro de Justiça Global, Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil. *Mantendo a Paz no Haiti?* Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu Mandato como Parâmetro de Sucesso. Março de 2005. Disponível em: <<http://www.global.org.br/portuguese/jgrelatorios.html>>, acessado em 10 de Julho de 2006.

International Crisis Group. *A New Chance for Haiti?* Latin America/Caribbean Report N°10; 18 November 2004. Disponível em <<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=3109&l=1>> Acessado em 23 de Agosto de 2006.

International Crisis Group. *Update on Haiti for the UN Security Council*; Special Briefing; 8 April 2005. Disponível em <<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=3371&l=1>> Acessado em 23 de Agosto de 2006.

International Crisis Group. *Spoiling Security in Haiti*. Latin America/Caribbean Report N°13; 31 May 2005. Disponível em <<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=3485&l=1>> Acessado em 23 de Agosto de 2006.

International Crisis Group. *Can Haiti Hold Elections in 2005?* Latin America/Caribbean Briefing N°8, 3 August 2005. Disponível em <<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=3602&l=1>> Acessado em 23 de Agosto de 2006.

### **Bolsa: Fapesp**